



Dez medidas para os Planos Nacionais Sociais para o Clima

Contact

Islene Façanha, Project & Policy Officer
ZERO – associação sistema terrestre sustentável
islene.facanha@zero.org
www.zero.org

Publicação: junho de 2025



mais informações em:
life-effect.org



zero.



Financiado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a entidade que concedeu o financiamento podem ser responsabilizadas pelas mesmas.



Dez medidas para os Planos Nacionais Sociais para o Clima

Este documento propõe dez políticas a incluir nos **Planos Nacionais Sociais para o Clima (PNSC)**, com o objetivo de acompanhar a tarifação do carbono no setor do aquecimento e dos transportes (CELE 2). Os PNSC podem servir de modelo para medidas sociais na nossa transição para o abandono dos combustíveis fósseis. As medidas incluídas nestes planos também podem ser financiadas através das receitas do CELE 2, atribuídas aos governos da UE, para além do Fundo Social para o Clima (FSC).

Embora os PNSC sejam frequentemente vistos apenas como oportunidades para gastar as receitas da tarifação do carbono, este documento apresenta três medidas que promovem simultaneamente o progresso social e climático **sem custos fiscais**. O quadro abaixo classifica as dez medidas propostas nos setores dos **transportes, aquecimento e renovação**.

	Setor	Livre	Tipo
1. Apoiar os inquilinos e incentivar os proprietários a isolar termicamente o imóvel e a mudar o sistema de aquecimento			
2. Estabelecer datas-limite para a venda de novas tecnologias fósseis			
3. Reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis			
4. Promover as energias renováveis para os agregados familiares vulneráveis			
5. Reduzir o preço (visível) dos transportes electrificados			
6. Reduzir o preço (visível) do aquecimento electrificado			
7. Subsídios iniciais para a renovação de edifícios			
8. Formação e Qualificação dos instaladores de sistemas de aquecimento e dos trabalhadores da construção			
9. Planeamento e regulamentação do aquecimento a nível distrital			
10. Pagamentos diretos aos agregados familiares			

A primeira coluna indica se uma medida atua na renovação () , no aquecimento () ou nos transportes () ; a segunda coluna indica se uma medida não tem custo fiscal () ou se é dispendiosa () ; a terceira coluna classifica as medidas em regulamentação () , mecanismos que influenciam os preços () , subsídios () , recursos humanos () e compensação () .

1. Apoiar os inquilinos e incentivar os proprietários a isolar termicamente o imóvel e a mudar o sistema de aquecimento

Na maioria dos países da UE, os agregados familiares com menores rendimentos vivem em casas arrendadas. Nestes casos, a tarificação do carbono não incentiva suficientemente os proprietários a investir em renovação energética e na descarbonização do aquecimento, pois os custos recaem sobre os inquilinos. Duas medidas dos PNSC podem ajudar:

- Em primeiro lugar, os custos da tarificação do carbono podem ser partilhados entre proprietários e inquilinos. Na Alemanha, a Lei de Partilha de Custos do CO₂ regula a divisão dos custos do preço do carbono entre inquilinos e proprietários com base no desempenho energético de uma propriedade. Em edifícios de baixa eficiência, os proprietários devem cobrir até 95% dos custos de CO₂, enquanto que em propriedades eficientes, os inquilinos suportam a maior parte dos custos. Combinada com um apoio socialmente direcionado para os proprietários vulneráveis, esta política poderia desbloquear o investimento e reduzir as emissões, protegendo simultaneamente as famílias vulneráveis.
- Em segundo lugar, os aumentos de renda podem ser condicionados pela eficiência energética. Na Bélgica, a possibilidade de os proprietários aumentarem as rendas em linha com a inflação foi **limitada para edifícios mal isolados e totalmente proibida para os edifícios com pior classificação energética**. A implementação de regras semelhantes protege os agregados familiares em situação de pobreza energética e cria um incentivo direto para os senhorios renovarem os seus imóveis.

2. Estabelecer datas-limite para a venda de novas tecnologias fósseis

A venda de novas tecnologias fósseis, com longos ciclos de vida, atrasa os esforços para substituir as tecnologias existentes por alternativas eletrificadas já disponíveis. As novas caldeiras a gás e os motores de combustão interna nos automóveis também prendem os consumidores à subida dos preços da energia. O estabelecimento de datas-limite claras para a venda destas tecnologias, em particular motores de combustão interna e caldeiras a gás, pode reduzir o risco associado ao investimento no desenvolvimento e produção de veículos elétricos (VE), bombas de calor, entre outros, contribuindo assim para a redução dos seus custos para os consumidores.

3. Reforma dos subsídios aos combustíveis fósseis

Aumentar os preços dos combustíveis fósseis, através da fixação de um preço para o carbono, ao mesmo tempo que se continuam a subsidiar os combustíveis fósseis, faz pouco sentido. Os subsídios aos combustíveis fósseis distorcem o sinal de preço criado pelo ETS2 e desperdiçam fundos que poderiam ser utilizados para promover a descarbonização. A eliminação dos subsídios existentes deve ser uma prioridade para que as outras políticas dos PNSC sejam eficazes. Diversas disposições existentes na UE foram identificadas como subsídios aos combustíveis fósseis e a UE concordou, em teoria, em eliminá-los gradualmente. Os Estados-Membros devem preparar rapidamente estratégias de saída, dando às famílias a oportunidade de antecipar e mitigar os efeitos negativos da remoção desses apoios (ver [aqui](#)).

A relação entre os preços do gás e da eletricidade é particularmente relevante. Os países da UE poderiam reduzir os impostos, as taxas e os encargos não energéticos sobre a eletricidade, eliminando simultaneamente os subsídios aos combustíveis fósseis de uma forma neutra em termos de receitas. Isto aceleraria a transição para o aquecimento limpo, reduzindo os custos de funcionamento das bombas de calor. Em alternativa, os fundos poderiam ser utilizados para financiar programas climáticos de caráter mais social.

4. Promover as energias renováveis para os agregados familiares vulneráveis

Os projetos locais de energias renováveis têm potencial para reduzir significativamente a dependência dos agregados familiares com baixos rendimentos em relação à energia fóssil. Em Itália, o Reddito Energetico (Rendimento Energético) instala gratuitamente painéis solares para agregados familiares com baixos rendimentos. O apoio a sistemas individuais de energia renovável é particularmente relevante na Europa Central e Oriental, onde as taxas de propriedade de casas e de pobreza energética são superiores à média da UE. Alguns programas destinam-se a edifícios multifamiliares, o que apresenta maiores desafios.

Além disso, o acesso das famílias vulneráveis a comunidades energéticas com produção renovável pode reduzir as faturas de energia e criar sinérgias com outras infra-estruturas elétricas, como as instalações de carregamento de veículos elétricos. Mais ideias sobre como promover as energias renováveis para os agregados familiares vulneráveis podem ser encontradas [aqui](#).

5. Reduzir o preço (visível) dos transportes eletrificados

Os veículos elétricos (VE) respondem à grande maioria das necessidades de mobilidade atualmente cobertas por motores de combustão interna. Os custos de funcionamento dos VEs também são normalmente mais baixos, enquanto os custos de aquisição mais visíveis dos VEs são mais elevados. O programa francês de leasing social demonstrou como a redução dos custos iniciais dos VE pode beneficiar as famílias vulneráveis, bem como a classe média, embora ainda haja margem para fazer mais em benefício dos mais vulneráveis.

Uma segunda via para a eletrificação dos transportes são os transportes públicos. Verificou-se que o Deutschlandticket alemão, um passe de transporte barato e ilimitado para comboios locais e regionais, tem um potencial significativo para reduzir as viagens de automóvel. O preço do bilhete deveria ser ainda mais reduzido para os agregados familiares com baixos rendimentos.

6. Reduzir o preço (visível) do aquecimento electrificado

A maioria dos edifícios poderia reduzir os seus custos energéticos através de bombas de calor (de alta ou média temperatura). Através da atribuição de subsídios ou empréstimos sem juros, o Fundo Social para o Clima (FSC) pode proporcionar uma redução de 100% dos custos iniciais a agregados familiares vulneráveis, que nem sempre são especificamente visados pelos programas existentes. Quando combinada com tecnologias solares térmicas, fotovoltaicas ou de armazenamento, a eletrificação do aquecimento pode gerar benefícios económicos e ambientais sem sobrecarregar a rede elétrica.

Os custos de funcionamento também podem ser reduzidos com taxas de IVA reduzidas para bombas de calor, redução do preço da eletricidade para estes equipamentos, pelo menos para consumidores vulneráveis, e com tarifas diferenciadas por horário, permitindo poupanças através do funcionamento adaptado à rede.

7. Subsídios iniciais para a renovação de edifícios

O regime italiano Superbonus, com o seu mecanismo financeiro que elimina os custos iniciais, foi muito bem sucedido na ativação de investimentos para famílias com rendimentos mais baixos. A chave do sucesso foi a transformação de um crédito fiscal de 10 anos num subsídio inicial concreto, pago diretamente por um empreiteiro ou fornecedor. Sistemas semelhantes podem ajudar a potenciar os fundos do FSC – dar prioridade às regiões mais vulneráveis pode ajudar a garantir uma utilização eficaz de fundos limitados.

A concessão de subsídios iniciais através de modelos de colaboração como os Community Land Trusts (CLT) pode garantir que as renovações subsidiadas não afetem negativamente a acessibilidade habitacional. O modelo Upcycling Trust cobre o custo das renovações de eficiência energética para agregados familiares com baixos rendimentos. As casas renovadas passam a fazer parte do CLT, assegurando critérios sociais para venda ou arrendamento.

8. Formação de instaladores de sistemas de aquecimento e de trabalhadores da construção

A necessidade urgente de isolar o parque imobiliário da UE e de substituir os sistemas de aquecimento, gera muitas oportunidades de trabalho. Para garantir a disponibilidade de pessoal qualificado, os governos da UE devem criar cursos de formação profissional modulares e dinâmicos para colmatar as lacunas de competências dos profissionais, especialmente nas regiões com muitos agregados familiares vulneráveis. O FSC pode complementar as disposições relativas às competências previstas nas diretivas relativas à eficiência energética, ao desempenho energético dos edifícios e às energias renováveis III. O alinhamento destes esforços, com outros fluxos de financiamento, como o Fundo para uma Transição Justa, pode aumentar a aceitação social das políticas climáticas entre as comunidades vulneráveis.

A formação pode criar oportunidades para os agregados familiares vulneráveis, bem como ajudar outros a efetuar a transição. Na Roménia, o programa RenewAcad forma atuais e antigos mineiros nas competências necessárias para instalar sistemas eólicos e solares fotovoltaicos.

9. Aquecimento urbano, planeamento e regulação

Identificar e expandir os sistemas de aquecimento urbano em zonas com agregados familiares vulneráveis, pode ser particularmente eficaz para apoiar a descarbonização dos edifícios em grande escala. Na Dinamarca, cerca de dois terços das habitações já estão ligadas ao aquecimento urbano, que deverá funcionar com energias 100% renováveis até 2030. O apoio à implantação do aquecimento urbano deve ser complementado por uma forte comunicação dos municípios sobre as vantagens da ligação a sistemas de aquecimento urbano e pode ser combinado com a eliminação gradual e coordenada das infraestruturas de gás fóssil. A regulação efetiva dos preços deste monopólio natural é crucial.

10. Pagamentos diretos aos agregados familiares

A adesão a subsídios e medidas de apoio destinadas a famílias vulneráveis tem sido historicamente muito baixa. Para além dos combustíveis fósseis, outros preços podem aumentar devido à tarificação do carbono no aquecimento e nos transportes, dado que se espera que as empresas afetadas repercutam o aumento de custos nos consumidores, através de preços mais elevados. Os pagamentos diretos oferecem uma forma de proteção contra os preços elevados do CELE2 e representam uma utilização particularmente transparente das receitas obtidas.

Algumas das recomendações incluídas no presente documento, exigirão investimentos a médio prazo. Os pagamentos diretos, que podem representar 37.5% do orçamento de um Plano Social para o Clima, são um instrumento vital para aliviar imediatamente as famílias vulneráveis e as microempresas afetadas pelo preço do carbono, até que os investimentos a mais longo prazo se tornem efetivos.

Acrónimos

ETS2 – Emissions Trading System phase 2, em português CELE2: Comércio Europeu de Licenças de Emissão fase 2

PNSC – Plano Nacional Social para o Clima

FSC – Fundo Social para o Clima

CLT – Community Land Trusts, em Português: Cooperativas de Terrenos Comunitários





 **LIFE Effect**